



TRADIÇÃO EM
COMPARTILHAR
CONHECIMENTO

Martin Meredith

O destino da África

Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios

Tradução:

Marlene Suano

Professora do Departamento de História – FFLCH/USP

Especialista em história e arqueologia do Mediterrâneo Antigo

Prefácio

DESDE A ÉPOCA DOS FARAÓS, a África tem sido cobiçada por suas riquezas. As pirâmides do vale do Nilo deslumbraram o mundo não apenas pela engenhosidade de seus arquitetos e construtores, mas como símbolos da fortuna dos governantes do Egito, que as construíram como elemento de passagem para a vida após a morte.

As lendas sobre as riquezas do continente estenderam-se por milênios, atraindo exploradores e conquistadores de muito longe. As histórias na Bíblia sobre os fabulosos presentes de ouro e pedras preciosas que a rainha de Sabá levou para o rei Salomão em sua visita a Jerusalém, no século X a.C., transformaram-se no folclore sobre a terra de Ofir que, 3 mil anos mais tarde, inspirou aventureiros europeus em sua busca por ouro a iniciarem uma guerra de conquista no sul da África.

A terra era outra recompensa. Os romanos dependiam do vital abastecimento de trigo de suas colônias no norte do continente para alimentar a crescente população de Roma. Eles chamaram uma de suas províncias costeiras de “África”, a partir de uma tribo berbere que vivia na região da Tunísia moderna e era conhecida como afri. Seguindo o rastro dos romanos, a primeira onda de invasores árabes chegou no século VII e acabou por suplantando as tribos autóctones da maior parte do norte da África; eles usavam o termo árabe *Ifriqiya* (Ifríquia) para se referir à mesma região costeira.

Quando os marinheiros europeus iniciaram a exploração da costa atlântica da África, no século XV, adotaram esse nome para o continente inteiro. O objetivo inicial era encontrar um caminho marítimo para as minas de ouro da África ocidental, que sabiam ser o local de onde partiam as caravanas de camelos que atravessavam o deserto do Saara, transportando ouro até os portos comerciais na costa mediterrânea. O interesse nas minas de ouro do oeste africano foi despertado por uma visita do governante do império do

Mali, *mansa** Musa, ao Cairo em 1324, durante uma peregrinação a Meca. Ele foi tão generoso na distribuição de ouro que arruinou os mercados monetários da região por mais de dez anos. Os cartógrafos europeus devidamente tomaram nota. Uma imagem de *mansa* Musa decora o *Atlas catalão* de 1375, um dos primeiros conjuntos de mapas europeus a fornecer informações válidas sobre a África. Uma legenda no mapa diz: “Tão abundante é o ouro em seu país, que ele é o rei mais rico e nobre em toda a terra.” As estimativas mais recentes sugerem que *mansa* Musa foi o homem mais rico que o mundo já viu, mais rico até que os bilionários de hoje.

Outra mercadoria da África em alta demanda eram os escravos. A escravidão era uma característica comum em muitas sociedades africanas. Escravos eram em geral prisioneiros de guerra adquiridos por líderes africanos e usados como trabalhadores e soldados na construção de feudos e impérios. Mas o comércio de longa distância, que durou mais de mil anos, acrescentou uma nova dimensão temível à prática. A partir do século IX, escravos da África negra eram levados regularmente pelo deserto do Saara, embarcados no mar Vermelho, retirados na região da costa leste e vendidos em mercados no Levante, na Mesopotâmia, na península Arábica e no golfo Pérsico. No século XVI, negociantes europeus iniciaram o envio transatlântico para as Américas. A maior parte do comércio interno de escravos para venda no exterior era conduzida por mercadores e *warlords*, ou senhores da guerra, africanos. Fortunas foram feitas em ambas as extremidades do negócio. No final do século XIX, o tráfico de escravos africanos havia atingido um total de aproximadamente 24 milhões de homens, mulheres e crianças.

O continente era também o maior fornecedor mundial de marfim. Durante séculos, a principal demanda de marfim africano vinha da Ásia, dos mercados indianos e chineses. Mas, no século XIX, quando a revolução industrial na Europa e América do Norte ganhou força, o uso de marfim em teclas de piano, bolas de bilhar, instrumentos científicos e numa vasta gama de artigos para o lar tornou-o uma das mercadorias mais rentáveis do planeta.

Um monarca europeu ganancioso e inescrupuloso, Leopoldo II da Bélgica, lançou-se ao acúmulo de uma fortuna pessoal de marfim, declarando-se “rei soberano” de 2,5 milhões de quilômetros quadrados na bacia do Congo.

* *Mansa* era o título real dado aos soberanos do Mali, significando “imperador” ou “rei dos reis”. (N.T.)

Quando os lucros do comércio de marfim começaram a diminuir, o rei Leopoldo voltou-se para outra mercadoria – a borracha silvestre. Vários milhões de africanos morreram em consequência do regime de exploração da borracha que Leopoldo II implantou, mas ele conseguiu se tornar um dos homens mais ricos do mundo.

Por sua vez, a ambição do monarca em adquirir o que chamou de “uma fatia desse magnífico bolo africano” foi a grande responsável por acender a “corrida” por território africano entre as potências europeias no final do século XIX. Até então, a atividade europeia na África estivera confinada principalmente a enclaves pequenos e isolados na costa, usados para fins comerciais. A ocupação havia deitado raízes apenas ao longo da costa mediterrânea da Argélia e no sopé da África meridional. Mas agora o continente tornava-se alvo de uma feroz concorrência.

No espaço de vinte anos, potências europeias reivindicaram a posse de praticamente todo o continente, na esperança, sobretudo, de obter benefício econômico e prestígio nacional. A ocupação precipitou guerras de resistência em quase todas as partes do território. Dezenas de governantes africanos que se opunham ao domínio colonial morreram em combate ou foram executados ou exilados após a derrota. No último ato da partilha, o Reino Unido, no auge de seu poder imperialista e determinado a se apropriar das mais ricas minas de ouro jamais descobertas, provocou uma guerra entre duas repúblicas bôeres na África meridional, deixando um legado de amargura e ódio entre os africanos que perdurou por gerações.

Ao final da corrida, as potências europeias tinham fundido cerca de 10 mil sistemas políticos africanos em apenas quarenta colônias. Os novos territórios eram quase todos entidades artificiais, com fronteiras que davam pouca atenção à miríade de monarquias, cacicados e outras sociedades na região. A maior parte deles abrangia dezenas de diversos grupos que não compartilhavam qualquer história, cultura, língua ou religião. Alguns englobavam áreas de ambos os lados do deserto do Saara e do cinturão de florestas tropicais ao sul, juntando povos muçulmanos e não muçulmanos em hostilidade latente. Mas todas essas colônias sobreviveram para formar a base dos Estados africanos modernos.

O domínio colonial trouxe uma infinidade de mudanças. Os governos coloniais construíram estradas e ferrovias em uma tentativa de estimular o crescimento econômico e tornar seus territórios autossustentáveis. Foram

estabelecidos novos padrões de atividade econômica. As colônias se tornaram exportadoras significativas de mercadorias agrícolas, como algodão, cacau e café. Nas terras altas da África oriental e meridional, colonos europeus adquiriram enormes latifúndios, lançando as bases para a agricultura comercial em grande escala. Mas o que atraiu mais atenção foi a abundância de recursos naturais do continente. As riquezas minerais de Katanga, quando encontradas pela primeira vez, foram descritas como “um verdadeiro escândalo geológico”. Descobriu-se que a África possuía não apenas uma profusão de ouro, diamantes e cobre, mas uma série de outros recursos valiosos, incluindo petróleo.

Esperava-se que o domínio colonial se prolongasse por séculos, mas ele acabou por ser apenas um interlúdio na história da África, durando pouco mais de setenta anos. Diante de uma crescente onda de protestos e insurreições anticoloniais, os governos europeus entregaram seus territórios para movimentos de independência. O legado colonial incluía um quadro de escolas, serviços médicos e de infraestrutura de transportes. A educação ocidental e a alfabetização transformaram as sociedades africanas da África tropical. Mas surgiram apenas algumas ilhas de desenvolvimento econômico moderno, a maioria delas limitada a áreas costeiras ou junto a empresas de mineração em regiões como Katanga e o cinturão de cobre da Zâmbia. Grande parte do interior permaneceu pouco desenvolvida, remota, isolada do contato com o mundo moderno. Além disso, mesmo com a partida dos governos europeus, as empresas europeias mantiveram seu domínio sobre os impérios empresariais construídos ao longo de meio século. Quase todas as manufaturas modernas, as atividades bancárias, o comércio de importação e exportação, o transporte marítimo, a mineração, as plantações e a indústria madeireira mantiveram-se nas mãos de empresas estrangeiras. À medida que o fim do domínio colonial se aproximava, os europeus seguiram o velho ditado: “Dê-lhes o parlamento e mantenha os bancos.”

A era da independência, que teve início na década de 1950, causou muito júbilo e recebeu o aplauso do mundo. A África parecia muito promissora. Os líderes africanos se apresentaram com energia e entusiasmo para enfrentar as tarefas de desenvolvimento. A lua de mel, no entanto, foi breve. Os novos Estados africanos não eram “nações”. Não possuíam cimento étnico, de classe ou ideológico que os sustentasse. Uma vez acalmado o impulso de derrubar o regime colonial, lealdades e ambições mais antigas vieram à tona, muitas

vezes exploradas por políticos para seus próprios fins. Os líderes africanos tornaram-se preocupados em ganhar o monopólio do poder, preferindo governar por meio de sistemas de patronato para impor seu controle. As elites dominantes aproveitaram todas as oportunidades para o autoenriquecimento, saqueando os bens estatais à vontade. Décadas foram perdidas em conflitos internos, má gestão e corrupção.

Apesar do elevado nível de risco e de complicações, o poder de sedução das riquezas da África continua tão forte no século XXI como no passado. Além das atividades de corporações ocidentais, novos atores entraram em campo. O crescente poderio econômico da China e de outros países asiáticos estimulou um *boom* na demanda por petróleo e recursos minerais africanos. A terra também se tornou mais uma vez uma mercadoria apreciada. Para garantir o abastecimento de alimentos, empresas estrangeiras adquiriram enormes latifúndios na África, assim como os antigos romanos.

Mas grande parte da riqueza gerada pela atividade estrangeira flui para fora do continente. As elites dominantes da África drenam ainda mais os fundos de seus países, escondendo no exterior enormes somas em contas bancárias e bens. O Banco Mundial estima que 40% da riqueza privada africana é mantida no estrangeiro. A África permanece, assim, um continente de grande potencial, mas perspectivas limitadas.

AO COMPILAR SEU TRABALHO enciclopédico *Historia Naturalis*, o erudito romano Plínio o Velho referiu-se a um antigo provérbio grego mencionado por Aristóteles, no século IV a.C., sobre a profusão de animais estranhos na África. “*Ex Africa semper aliquid novi*”, escreveu Plínio. “Da África, sempre algo novo.” Trata-se, sem dúvida, de um continente de grande diversidade, com uma multiplicidade de paisagens e culturas e cerca de 1.500 línguas. Os perigos que apresenta são igualmente diversos. Grande parte da África possui um clima severo e variável; chuva irregular; secas frequentes, terrenos desafiadores; solos pobres e uma infinidade de doenças humanas e animais. Mas o que também chama a atenção é a vasta gama de recursos naturais. É essa abundância de riquezas que tem desempenhado um papel importante na formação do destino da África ao longo dos últimos 5 mil anos. “Falo da África”, escreveu Shakespeare, “e de muito ouro.”

Introdução

ERGUENDO-SE ACIMA das planícies desérticas na extremidade sudoeste do Egito, os penhascos íngremes do planalto Gilf Kebir emanam um ar de mistério. O planalto está no centro da parte mais árida e inóspita do Saara, o maior deserto do mundo, que se estende por toda a largura da África, do oceano Atlântico até o mar Vermelho. Atualmente, ninguém vive no deserto rochoso de Gilf Kebir. No entanto, lá existem pinturas pré-históricas e gravuras com cenas de pessoas dançando, caçando, nadando e mergulhando, evidências de uma era desaparecida. Como testemunho de sua existência, os antigos habitantes de Gilf Kebir também deixaram para trás dezenas de marcas de suas mãos, com as palmas e os dedos totalmente espalmados; e, na periferia norte do planalto, construíram um círculo de pedras com alinhamentos astronômicos precisos, um indício de seu estudo das estrelas.

O Saara já foi uma região bem regada de savanas, lagos, rios e chuvas abundantes, domínio de pastores de gado e caçadores nômades e de uma enorme variedade de vida selvagem africana – elefantes, girafas, rinocerontes, hipopótamos e búfalos gigantes. Mas, cerca de 7 mil anos atrás, impulsionado por ventos do Atlântico Sul, o cinturão chuvoso começou a mudar progressivamente em direção ao sul, marcando o início de um clima árido e forçando os grupos pastoris a migrarem. Por volta de 6 mil anos atrás, grande parte do Saara tinha se tornado inabitável, reduzida a uma paisagem de rocha nua e montanhas de areia em movimento. Como outras comunidades do Saara oriental, os habitantes de Gilf Kebir abandonaram seu território e se deslocaram para as margens do Nilo. Tirando os poucos oásis espalhados pelo deserto, o rio era a única fonte de água da região.

O vale do Nilo, uma estreita faixa de terra fértil cercada de ambos os lados por barreiras de deserto, tornou-se, assim, a terra natal de uma população em rápido crescimento. Pastores do Saara, trazendo consigo uma tradição

de trabalhar pedra e um conhecimento das estrelas, instalaram-se entre os povos do vale, que usavam as várzeas do rio para cultivar cereais como trigo, cevada e painço.

Há cerca de 5.500 anos, toda a extensão do vale do Nilo – a partir da Primeira Catarata, um trecho de corredeiras não navegáveis perto da moderna cidade de Assuã, até as zonas pantanosas do delta do Nilo, onde o rio se divide em sete braços – era coberta por uma série de aldeias. Vários grupos de aldeias se desenvolveram em cidades muradas. As cidades tornaram-se centros de culto para adoração dos deuses locais. Tais deuses eram cultuados para assegurar a fertilidade da terra e, portanto, a estabilidade da vida dos habitantes. As ideias religiosas evoluíram a partir de uma crença nos poderes mágicos de objetos a uma crença no poder mágico de animais – como o falcão, o chacal, a cobra e o crocodilo – e, por fim, a uma fé em deuses com cabeças de animais e corpos humanos.

As novas sociedades que surgiram no vale do Nilo tornaram-se cada vez mais hierárquicas. No ápice, havia uma pequena elite rica que exercia o poder sobre a massa de subordinados, controlava o comércio e uma rede de abastecimento e atuava como patrona de uma nova classe de artesãos especializados em trabalhar tanto pedra dura quanto mole e em fabricar artefatos de cobre, ouro, prata e marfim para uso pessoal. Pintores de cerâmica começaram a desenhar imagens intrincadas em tigelas, potes e vasos, desenvolvendo uma tradição de figuração que levou, posteriormente, à escrita hieroglífica.

A elite também foi ficando gradualmente mais influenciada pela noção de ressurreição. Na preparação para a vida após a morte, suas práticas funerárias tornavam-se cada vez mais elaboradas. Ela reservava para si própria cemitérios separados, com túmulos ricamente decorados e repletos de bens valiosos em seu interior. E fez com que os corpos dos mortos fossem embalsamados e envoltos em panos de linho embebidos em resina – mumificando-os –, para garantir a sobrevivência de seus espíritos imortais.

A vida e a morte para o restante da população, entretanto, mantiveram-se simples. A maioria era de agricultores e pescadores de subsistência que viviam em casas de taipa em pequenas aldeias, produzindo excedentes agrícolas fortemente tributados, e que eram convocados como mão de obra para projetos do governo. Eles eram enterrados em buracos rudimentares na areia, sem caixões ou objetos que os acompanhassem.

Como os níveis de precipitação eram insignificantes, o destino das comunidades do vale do Nilo dependia inteiramente da cheia anual do rio. Todo ano, após o dilúvio das chuvas de monção em planaltos no longínquo interior africano, o rio subia drasticamente, atingindo um pico em julho e agosto, antes de recuar em setembro, o que permitia aos agricultores plantar culturas que amadureciam durante os meses de inverno e podiam ser colhidas na primavera. Em anos bons, as várzeas, enriquecidas por depósitos de sedimentos, produziam enormes excedentes agrícolas. Anos ruins, contudo, eram um perigo frequente. Cheias altas destruíam casas e edifícios e inundavam os campos. Cheias baixas deixavam a terra ressequida e estéril, resultando em fome. Relatos na Bíblia, mais tarde, falavam de “sete anos gordos e sete anos magros”.

Os ritmos do Nilo afetavam todos os tipos de vida. Entre a série de divindades locais e espíritos domésticos que as comunidades do Nilo adoravam, Hapi, o Senhor do Rio e das cheias, tinha um lugar proeminente. A época das enchentes era comumente conhecida como “a chegada de Hapi”, e os moradores a comemoravam jogando animais sacrificados, amuletos e outras oferendas no rio, na esperança de assegurar um ano bom.

O Nilo também servia como uma artéria para comunicações e comércio, um fio condutor que ligava comunidades distantes. O deslocamento no rio se valia não apenas das correntes que fluem para o norte, como também dos ventos dominantes que sopram em direção ao sul. Barcos eram enviados ao extremo sul para obter matérias-primas luxuosas, como marfim, ébano, incenso e peles de animais exóticos. Do norte, vinham mercadorias como lingotes de cobre e óleos aromáticos.

À medida que as sociedades do vale se tornavam mais organizadas, o ritmo da inovação acelerava. Há cerca de 5.100 anos, a elite governante tinha começado a experimentar um sistema pictórico próprio de escrita com hieróglifos. A mais antiga evidência conhecida de escrita egípcia foi encontrada em pequenos rótulos de osso ligados a objetos no túmulo ornamentado de um potentado local, enterrado no cemitério real de Ábidos, perto da antiga cidade de Tjeni, em cerca de 3100 a.C. Escritos antigos eram registrados em tabletas ou paletas de argila, com inscrições feitas no barro molhado antes que ele secasse. Posteriormente, os egípcios desenvolveram um protótipo de papel a partir de juncos de papiro esmagados e trançados.

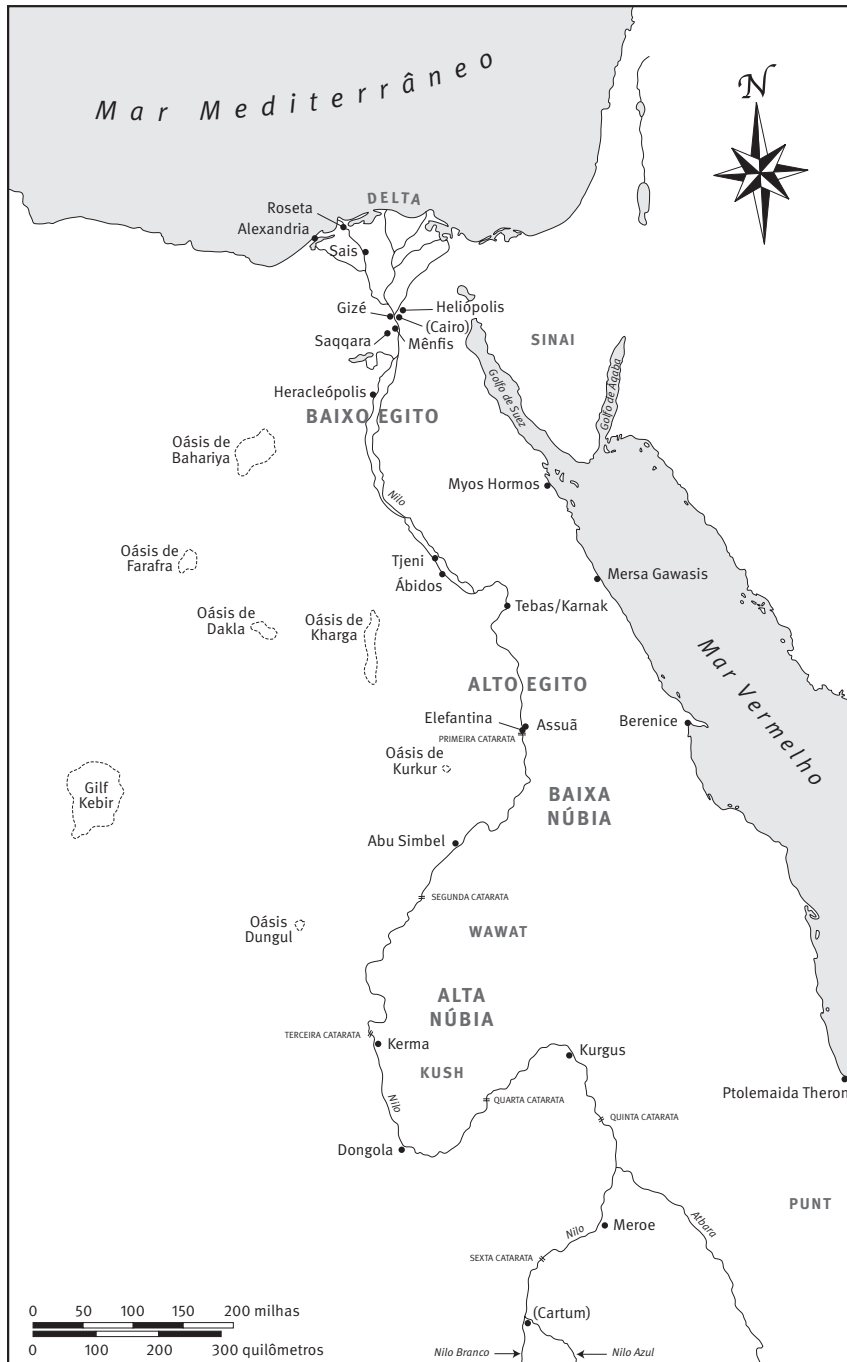
Por vários séculos, três pequenos reinos do vale do Nilo competiam entre si pelo controle do território e do comércio. Mas, no final, foram os reis de Tjeni (perto da atual Girga) que conseguiram expandir seu poderio ao longo de todo o vale do Nilo, ou o Alto Egito, como ficou conhecido. Os reis do Alto Egito, em seguida, incorporaram em seu reino a região do delta, ou Baixo Egito, a planície aluvial em forma de leque ao norte, que se estendia até as margens do Mediterrâneo.

A unificação do Egito, há cerca de 5 mil anos, marcou o surgimento do primeiro Estado-nação do mundo. Seus governantes – uma sucessão de dinastias de faraós que durou 3 mil anos – adquiriram o status de deuses e dedicaram seu tempo a demonstrar sua autoridade divina e onipotência. Eles ergueram enormes túmulos e templos reais, financiaram projetos de construções reais em uma escala pródiga e presidiram uma das civilizações mais deslumbrantes da história humana.

PARTE I

A África e o mundo antigo

EGITO E NÚBIA



1. Terra dos faraós

UM DOS BENS MAIS PRECIOSOS do Museu Egípcio, no Cairo, é uma pedra sedimentar antiga de cerca de dois metros de altura, esculpida com maestria em ambos os lados, com cenas retratando as façanhas do rei Narmer, o primeiro faraó a reinar sobre as Duas Terras do Egito. Numa das faces, Narmer aparece como o rei triunfante do Alto Egito, vestindo sua “Coroa Branca”, de pé sobre um prisioneiro ajoelhado, segurando-o pelos cabelos e ameaçando golpear-lo com uma maça. Olhando com aprovação, está o deus falcão Hórus, patrono da monarquia egípcia, segurando uma corrente ligada a seis plantas de papiro, o símbolo do Baixo Egito. No verso, Narmer é mostrado usando a “Coroa Vermelha” do Baixo Egito e inspecionando duas fileiras de corpos decapitados cujos órgãos genitais foram decepados. O objetivo da Paleta de Narmer, como é conhecida pelos egiptólogos, era representar o poder e a força por trás do governo faraônico.

O maior desafio para Narmer e seus sucessores na Primeira Dinastia foi consolidar o controle sobre cerca de 1 milhão de pessoas de povos diferentes, espalhadas por um Estado que agora se estendia desde a fronteira sul, na Primeira Catarata do Nilo, até o Mediterrâneo. Uma de suas primeiras decisões foi a construção de uma nova capital em Mênfis, uma localização estratégica na margem oeste do Nilo, na junção entre o Alto e o Baixo Egito, permitindo-lhes supervisionar as Duas Terras em igual medida. Situada a poucos quilômetros ao sul do Cairo moderno, Mênfis permaneceu um ponto focal do Egito durante a maior parte de sua história dinástica. Para proteger a fronteira do sul, os faraós da Primeira Dinastia construíram uma fortaleza em outro local estratégico – uma ilha no Nilo na Primeira Catarata conhecida como Abu ou Elefantina, assim chamada por seu papel no comércio de marfim.

O sistema faraônico estabelecido durante a Primeira Dinastia acabou abrangendo todos os aspectos da vida no Egito. Foi criada uma burocracia

estatal para colocar todo o país sob controle real. O Alto Egito foi dividido em 22 províncias, e o Baixo Egito, em vinte, cada uma administrada por governadores provinciais que prestavam obediência ao rei. Uma rede de funcionários assegurava o pagamento de impostos sobre o comércio e a produção agrícola para sustentar a Coroa e seus projetos grandiosos. Os camponeses eram obrigados a entregar uma parte de suas colheitas ou servir como conscritos em projetos reais, extraindo pedras ou escavando canais. Vastas áreas de terra foram tomadas como propriedade real. Oficinas reais produziam uma ampla gama de mercadorias, tais como vasos de pedra, couro, linho e cestarias, proporcionando mais receitas para o tesouro. O poder real tornou-se absoluto.

Tudo isso era santificado por cerimônias, rituais e mandados reais que proclamavam o faraó reinante como um deus vivo, a encarnação terrena da divindade celestial suprema, Hórus. O selo do faraó – o *serekhs*, gravado em bens de comércio para marcar a posse real ou esculpido em pedra em monumentos reais – mostrava Hórus sobre um painel retangular dentro do qual aparecia o “nome de Hórus” do faraó. De acordo com inscrições em um fragmento de estela de basalto conhecida como Pedra de Palermo, o sucessor do rei Narmer, Aha, realizava uma turnê bienal de inspeção no Egito, impondo sua presença em comunidades locais, assegurando decisões judiciais e garantindo a cobrança de impostos no que era chamado “ano de seguir Hórus”. A noção de soberania divina tornou-se profundamente enraizada na consciência egípcia. Como manifestações do divino, os faraós eram vistos como os garantidores da estabilidade e da prosperidade nesta vida, assim como na próxima.

Grande parte da riqueza que os faraós da Primeira Dinastia e suas comitivas desfrutavam foi direcionada à construção de túmulos cada vez mais elaborados e recintos funerários estruturados para lhes proporcionar todo o conforto na vida após a morte. A tendência se manteve durante a Segunda Dinastia, quando foram utilizados pela primeira vez pedra e tijolos de barro. Os edifícios funerários do último rei da Segunda Dinastia, Khasekhem, foram construídos em uma escala monumental. As paredes externas, feitas de tijolos de barro, mediam mais de cinco metros de espessura e quase dezoito de altura. O túmulo tinha 58 cômodos e uma câmara mortuária central feita de pedra calcária trabalhada. Os bens funerários de Khasekhem incluíam enormes quantidades de instrumentos e vasos de cobre, vasos de cerâmica cheios de grãos e frutas e uma frota de barcos para ajudá-lo a navegar na vida

após a morte. A busca da eternidade se tornou uma preocupação permanente. Os faraós do Egito esperavam continuar a reinar depois da morte, atravessando os céus na companhia dos deuses.

Na Terceira Dinastia, mais mudanças foram feitas nos projetos das tumbas. Em Saqqara, um local à beira da escarpa do deserto com vista para a capital Mênfis, um nobre egípcio chamado Imhotep supervisionou a construção de uma pirâmide de seis degraus para abrigar o túmulo de Netjerikhet (Djoser), um faraó que reinou no século XXVII a.C. A pirâmide de degraus de Saqqara foi o primeiro monumento no mundo a ser feito inteiramente de pedra. Com 62 metros de altura, foi o edifício mais alto de seu tempo. E sua criação marcou o início da Era das Pirâmides.

Comparado a todas as estruturas anteriores, o empreendimento logístico de Saqqara foi imenso. A construção de pirâmides exigia um sistema de abastecimento altamente organizado, envolvendo pedreiras, minas, estaleiros, armazéns, oficinas e uma força de trabalho de milhares de pessoas. A pirâmide em si continha 600 mil toneladas de blocos de pedra calcária. A câmara funerária principal era composta por dez blocos de granito de 12,5 toneladas cada, que foram transportados das pedreiras de Assuã em barcas fluviais. Mas o projeto foi mais longe. A pirâmide ficava dentro de um complexo retangular de edifícios com dezesseis hectares de área que era cercado por um muro de pedras brancas nobres de 1,6 quilômetro de comprimento. Estima-se que o volume de cobre extraído das recém-abertas minas no deserto oriental para suprir a quantidade de cinzéis necessária nas oficinas para cortar tão vasto conjunto de blocos de pedra teria chegado a setenta toneladas.

O auge da Era das Pirâmides ocorreu um século mais tarde, durante a Quarta Dinastia – há cerca de 4.500 anos. Pouco depois de ascender ao trono, o rei Quéops ordenou a construção de um local de sepultamento mais grandioso do que qualquer uma das tumbas erguidas por seus antecessores. O lugar que escolheu foi o planalto de Gizé, mais a jusante de Saqqara. Durante um período de vinte anos, uma força de trabalho de dezenas de milhares – pedreiros, ferramenteiros, artesãos, operários de pedreiras e tripulantes de fretes, muitos deles camponeses recrutados – dedicou-se incansavelmente para concluir o monumento antes da morte do faraó. A escala do empreendimento foi extraordinária. Quando a Grande Pirâmide de Quéops ficou pronta, consistia de 2,3 milhões de blocos de pedra de, em média, mais de uma tonelada cada, e 146 metros de altura; a superfície externa foi coberta por

uma camada de revestimento de pedra branca polida que brilhava ao sol. O edifício foi projetado com notável precisão. A base, que se estende por mais de 5,2 hectares, era um quadrado quase perfeito, estreitamente alinhado com os quatro pontos cardeais, com uma orientação precisa ao norte verdadeiro. Em épocas posteriores, a Grande Pirâmide foi considerada uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Manteve-se como o edifício mais alto do mundo pelos 38 séculos seguintes.

O filho de Quéops, Quéfren, acrescentou sua própria pirâmide em Gizé. Ela chegou a uma altura similar, mas incluía um recurso adicional marcante: junto à rua que conduzia à pirâmide, voltada para o leste, em direção ao sol nascente, havia uma enorme estátua de guarda, um leão reclinado com cabeça de rei, que mais tarde se tornou conhecida como a Grande Esfinge. Com sessenta metros de comprimento e vinte de altura, a esfinge era um símbolo dramático do poder real.

O sucessor de Quéfren, Miquerinos, construiu uma terceira pirâmide em Gizé, mas em uma escala muito menor. Os faraós do Egito não podiam mais sustentar a sangria econômica que era financiar esses monumentos colossais.

Em vez de se concentrar em tamanho, os faraós da Quinta e da Sexta Dinastias transformaram as câmaras internas de suas pirâmides com decorações elaboradas e uma série de outras inovações. As paredes da câmara funerária do rei Unas, construída no século XXIV a.C., foram cobertas de fileiras verticais de hieróglifos esculpidos, pintados em azul. As inscrições – um compêndio variado de orações e palavras mágicas – constituem a mais antiga coleção de escritos religiosos do mundo. Sua função era auxiliar Unas na jornada para a vida após a morte e garantir que ele morasse em “terra iluminada por toda a eternidade”. Alguns textos documentavam tradições orais que datam das primeiras dinastias egípcias; outros tratavam de crenças mais contemporâneas. Textos adicionais foram acrescentados aos túmulos dos nove reis e rainhas subsequentes.

Entre as inscrições, dois deuses figuravam com destaque. Um deles era Rá, o deus Sol de Heliópolis, um centro religioso que ficava ao nordeste de Mênfis, na margem leste do Nilo (atualmente, um subúrbio do Cairo). O culto a Rá vinha crescendo em importância desde a Terceira Dinastia. Os faraós da Quarta Dinastia incorporaram o nome a seus próprios títulos, usando o epíteto de “filho de Rá”. Os da Quinta construíram uma série de templos dedicados ao deus Sol, com inscrições enfatizando seu papel como o doador

definitivo da vida e a força motriz da natureza, com a qual eles alegavam ser associados. Sob patrocínio real, o culto a Rá tornou-se rapidamente o mais poderoso do país.

O outro deus proeminente nos Textos das Pirâmides era Osíris, rei da terra dos mortos – o submundo. Originalmente uma divindade local no delta oriental associada à agricultura e a eventos anuais recorrentes na natureza, tais como as cheias do Nilo, Osíris evoluiu para um poderoso símbolo da renovação da vida após a morte com a qual os faraós da Quinta Dinastia procuraram se identificar. Os Textos das Pirâmides referem-se ao rei Unas como Osíris Unas.

Após a Sexta Dinastia, houve uma sucessão de reis fracos, que se mostraram incapazes de manter o Egito unido. No lugar do controle real, funcionários provinciais acumulavam cada vez mais autoridade, levando ao colapso do governo central e ao fim do que os historiadores posteriormente chamariam de Antigo Império, uma era renomada pela construção de pirâmides. Mil anos depois de sua fundação, o Egito fragmentou-se em regiões, sofrendo mais de um século de guerra civil. Para agravar o caos, houve um período prolongado de baixas cheias do Nilo. A fome se espalhou de uma aldeia para outra. Em um texto autobiográfico inscrito sobre os pilares de seu túmulo na rocha, Ankhtifi, um governante local, escreveu: “O país inteiro tornou-se como gafanhotos indo a montante e a jusante (em busca de comida).”

DURANTE O MÉDIO IMPÉRIO, era que começou no século XXI a.C. e durou quatrocentos anos, os faraós governaram sobre um Egito outra vez unido, restabelecendo a prosperidade econômica e promovendo um renascimento da literatura, da arte e da arquitetura. Por meio da irrigação, centenas de novos hectares passaram a ser cultivados. Expedições comerciais foram enviadas ao Levante e ao Punt, uma terra africana no extremo sul do mar Vermelho.

O fundador do Médio Império, Mentuhotep II, era um governante dinástico de Tebas, no Alto Egito, que surgiu como vencedor na guerra civil e passou a marcar sua autoridade sobre todo o país. Até então, Tebas não era mais do que uma pequena cidade provincial na margem leste do Nilo, porém agora se tornara a nova capital. Mentuhotep escolheu ser enterrado diante de Tebas, na margem oeste do Nilo, em Deir el-Bahri, onde um túmulo colossal foi esculpido para ele nos penhascos íngremes que se elevavam acima do vale

do rio. Para demonstrar seu poder nacional, Mentuhotep encomendou uma série de templos e edifícios de culto em todo o Egito que o proclamavam um “deus vivo, o principal dos reis”.

A preocupação dos faraós com a vida eterna acabou por se espalhar para outros setores da população egípcia. O faraó já não era mais o único considerado como tendo o direito a uma vida após a morte na companhia de deuses. Altos funcionários começaram a inscrever nas laterais de seus sarcófagos de madeira passagens e ilustrações adaptadas dos Textos das Pirâmides e de outros escritos sagrados que forneciam um conjunto de instruções sobre como chegar com segurança à vida após a morte (no céu) e sobre como evitar os muitos perigos e demônios que espreitavam ao longo do caminho (o inferno). Os Textos dos Sarcófagos, como ficaram conhecidos mais tarde, também ofereciam conselhos sobre questões como a forma de “reunir a família de um homem no reino dos mortos”.

Outras ideias que passaram a circular incluíam a noção de que todas as pessoas – e não apenas os reis – possuíam o *ba*, uma força espiritual que representaria a essência das características únicas de um indivíduo e que era capaz de sobreviver à morte. O povo também começou a acreditar que poderia ter acesso direto às divindades, em vez de por meio do rei ou de sacerdotes. Numa outra ruptura com a tradição, as pessoas começaram a tomar parte nos ritos de Osíris, recebendo as bênçãos que antes tinham sido restritas aos reis. Osíris tornou-se um deus universal, simbolizando o triunfo do bem sobre o mal e a promessa de imortalidade para todos os egípcios. Com o incentivo real, o culto de Osíris atingiu um novo patamar e foi comemorado em festivais e cerimônias, superando uma série de outras divindades e crenças.

Com o controle do Egito totalmente restaurado, os faraós do Médio Império procuraram oportunidades para ampliar seu poder e riqueza na região, nomeadamente em Wawat (Baixa Núbia), as terras do vale do Nilo ao sul da Primeira Catarata. Como uma das principais fontes de ouro e cobre, havia muito tempo que a Núbia chamava a atenção dos governantes do Egito. Desde a Sexta Dinastia, eram enviadas expedições até a região. Um relato de uma viagem do explorador Harkuf descreve sua caravana retornando “com trezentos burros carregados com incenso, ébano, óleo precioso, grãos, peles de panteras, dentes de elefante, dardos: tudo bom tributo”.

Quando os líderes de Wawat se tornaram progressivamente mais agressivos, no século XX a.C., Amenemhat I, um faraó da Décima Segunda Dinastia,

ordenou uma campanha para esmagá-los. Retornando de Wawat, um vizir triunfante se gabou: “Naveguei a montante vitorioso, matando o núbio em sua própria terra, e naveguei a jusante, desarraigando plantações e cortando as árvores que haviam sobrado. Coloquei fogo nas casas, como se faz com rebeldes contra o rei.” Para impor sua hegemonia sobre a Baixa Núbia, os faraós da Décima Segunda Dinastia construíram uma cadeia de fortes enormes que se estendia desde a Primeira Catarata até o extremo sul da Segunda Catarata, onde foi estabelecida uma nova fronteira ao sul para o Egito.

No entanto, o destino do Médio Império, assim como do Antigo Império antes dele, seria sucumbir a uma prolongada crise sucessória. Durante um período de aproximadamente cem anos, cerca de setenta governantes vieram e se foram, um rei fraco após outro, alguns sobrevivendo não mais do que meses. A situação do Egito foi agravada, mais uma vez, por um período de baixas cheias do Nilo, precipitando a fome e a doença e deixando o Estado enfraquecido e vulnerável a invasores estrangeiros. No sul, os fortes na Baixa Núbia tiveram de ser abandonados, abrindo caminho para os núbios de Kush, um reino rival ao sul de Wawat, tomarem posse. No norte, um afluxo de migrantes do Levante incrustou-se na região do delta, criando seus próprios assentamentos.

Em seguida, no século XVII a.C., um exército de hicsos do Levante cruzou o norte do Sinai em direção ao delta, conseguindo controlar todo o Baixo Egito e capturando Mênfis, a antiga capital. Povo tecnologicamente avançado, os hicsos possuíam uma gama de armas superiores. Estas incluíam pontas de lança, pontas de flecha e machados de batalha forjados em bronze; arcos compostos feitos de tiras laminadas de madeira, chifre e tendões que dobravam o alcance de seus arqueiros; e bigas puxadas a cavalo capazes de superar unidades de infantaria. Os governantes hicsos permaneceram no poder por mais de um século, deixando a linhagem de faraós do Egito confinada a um Estado residual com base em Tebas.

Irritados pela ocupação estrangeira, uma nova estirpe de reis guerreiros dominou a nova tecnologia militar e liderou tropas mais bem treinadas e mais bem equipadas em uma guerra de libertação. Após trinta anos de campanhas esporádicas, um faraó da Décima Oitava Dinastia, Amósis I, conseguiu afinal expulsar os hicsos e recuperar o controle sobre a Baixa Núbia e suas minas de ouro. Seu triunfo marcou o início de outra época brilhante da civilização faraônica que os historiadores mais tarde chamariam de Novo Império.